MÚSICA E INCLUSÃO: CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS PSICOPEDAGÓGICAS PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

MUSIC AND INCLUSION: CONTRIBUTIONS OF PSYCHOPEDAGOGICAL PRACTICES FOR VISUALLY IMPAIRED STUDENTS

MÚSICA E INCLUSIÓN: CONTRIBUCIONES DE LAS PRÁCTICAS PSICOPEDAGÓGICAS PARA LOS ALUMNOS CON DISCAPACIDAD VISUAL

10.56238/IICONEDUCA-040

Francieudo da Silva Torres
Doutorando em Ciência da Educação
Instituição: World University Ecumenical (WUE)

RESUMO
Este artigo discute as políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência visual, enfatizando os avanços legais, os desafios da inclusão e a importância da formação docente na educação musical. O estudo evidencia que a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência asseguram o direito à educação inclusiva. O texto também aborda a inclusão como um processo que ultrapassa o acesso à escola, exigindo práticas pedagógicas que garantam participação, equidade e valorização da diversidade. Nesse contexto, destaca-se a música como ferramenta pedagógica capaz de favorecer o desenvolvimento cognitivo, sensorial, emocional e social de estudantes com deficiência visual, contribuindo para sua autonomia e integração. Por fim, ressalta-se que a formação docente em educação musical deve incorporar princípios inclusivos, humanistas e psicopedagógicos, preparando os professores para reconhecer as especificidades dos estudantes e desenvolver estratégias de ensino acessíveis. Sendo uma pesquisa bibliográfica, fundamenta-se teoricamente em Heidrich (2020), Silva (2020) e Lima (2023), entre outros. Este trabalho justifica-se a partir do momento em que se discutem os aspectos e a valorização da educação inclusiva, a participação do docente e suas práticas psicopedagógicas inclusivas e pretende, portanto, servir como parâmetro junto aos professores que poderão conscientizar-se do seu papel no processo de inclusão através do ensino da música. Conclui-se que a consolidação de uma educação inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas qualificadas, uso de tecnologias assistivas e compromisso coletivo da comunidade escolar, de modo a assegurar o pleno exercício do direito à educação e à participação social das pessoas com deficiência visual.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência Visual. Psicopedagogia. Educação.

ABSTRACT
This article discusses educational policies aimed at visually impaired individuals, emphasizing legal advancements, inclusion challenges, and the importance of teacher training in music education. The study highlights that the 1988 Federal Constitution, the Law of Guidelines and Bases of National Education, and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities guarantee the right to

inclusive education. The text also addresses inclusion as a process that goes beyond mere school access, requiring pedagogical practices that ensure participation, equity, and the valuing of diversity. In this context, music stands out as a pedagogical tool capable of fostering the cognitive, sensory, emotional, and social development of visually impaired students, thereby contributing to their autonomy and integration. Finally, the article underscores that teacher training in music education must incorporate inclusive, humanistic, and psychopedagogical principles, preparing teachers to recognize students' specific needs and develop accessible teaching strategies. As a bibliographic study, it is theoretically grounded in the works of Heidrich (2020), Silva (2020), and Lima (2023), among others. This work is justified by its discussion of the aspects and value of inclusive education, the role of the teacher, and inclusive psychopedagogical practices; it aims to serve as a reference for teachers, helping them become aware of their role in the inclusion process through music education. The study concludes that the consolidation of inclusive education depends on the coordination of public policies, high-quality pedagogical practices, the use of assistive technologies, and the collective commitment of the school community, all to ensure the full exercise of the right to education and social participation for visually impaired individuals.

Keywords: Inclusion. Visual Impairment. Psychopedagogy. Education.

RESUMEN

Este artículo discute las políticas educativas dirigidas a las personas con discapacidad visual, enfatizando los avances legales, los desafíos de la inclusión y la importancia de la formación docente en la educación musical. El estudio evidencia que la Constitución Federal de 1988, la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional y la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad aseguran el derecho a la educación inclusiva. El texto también aborda la inclusión como un proceso que trasciende el acceso a la escuela, requiriendo prácticas pedagógicas que garanticen participación, equidad y valorización de la diversidad. En este contexto, se destaca la música como herramienta pedagógica capaz de favorecer el desarrollo cognitivo, sensorial, emocional y social de estudiantes con discapacidad visual, contribuyendo a su autonomía e integración. Finalmente, se subraya que la formación docente en educación musical debe incorporar principios inclusivos, humanistas y psicopedagógicos, preparando a los docentes para reconocer las especificidades de los estudiantes y desarrollar estrategias de enseñanza accesibles. Siendo una investigación bibliográfica, se fundamenta teóricamente en Heidrich (2020), Silva (2020) y Lima (2023), entre otros. Este trabajo se justifica a partir del momento en que se discuten los aspectos y la valorización de la educación inclusiva, la participación del docente y sus prácticas psicopedagógicas inclusivas y pretende, por lo tanto, servir como parámetro para los profesores que podrán concientizarse de su papel en el proceso de inclusión a través de la enseñanza de la música. Se concluye que la consolidación de una educación inclusiva depende de la articulación entre políticas públicas, prácticas pedagógicas calificadas, uso de tecnologías asistivas y compromiso colectivo de la comunidad escolar, de manera a asegurar el pleno ejercicio del derecho a la educación y a la participación social de las personas con discapacidad visual.

Palabras clave: Inclusión. Discapacidad Visual. Psicopedagogía. Educación.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional de alunos com deficiência visual não se resume às adaptações metodológicas e pedagógicas, exige uma transformação ainda mais profunda tanto nas práticas docentes quanto na forma como entendemos o papel da educação na sociedade. Considerando os contextos socioeconômicos, políticos e sociais, que repetidamente se caracterizam como excludentes e desiguais, o professor tem um desafio ainda maior na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária. Como mediador do conhecimento e das relações sociais, o professor se destaca como o principal agente de mudança dentro e fora da sala de aula, principalmente na formação de uma sociedade mais inclusiva e acessível a todos.

Nesse contexto, a música, com sua linguagem universal, se constitui como uma significativa ferramenta pedagógica, de maneira especial para alunos com deficiência visual, pois oferece uma via de expressão, desenvolvimento e integração social. Além disso, a prática musical inclusiva, quando incorporada às estratégias psicopedagógicas apropriadas, possibilita que o estudante com deficiência visual não só aprenda conteúdos técnicos, mas principalmente que se sinta parte de uma atmosfera escolar que respeita suas diferenças e potencializa suas capacidades.

Este trabalho visa investigar como as práticas psicopedagógicas podem contribuir para a musicalização de alunos com deficiência visual, considerando o papel transformador do professor na promoção de uma educação inclusiva e na construção de uma sociedade mais igualitária. Torna-se fundamental essa discussão em virtude dos desafios políticos e sociais enfrentados. Além de considerar que a prática docente não deve se resumir a transmitir conhecimentos, mas ser um instrumento ativo na luta pela equidade e reconhecimento dos direitos de todos os alunos.

O trabalho está dividido em três seções: a primeira seção discute a respeito das políticas educacionais que asseguram o direito à pessoa com deficiência visual e que merece atenção, especialmente porque em determinados contextos educacionais sua efetivação ainda se mostra tímida. Na segunda seção, centra-se numa abordagem referente à inclusão como forma de construir uma sociedade que seja verdadeiramente para todos, com suas diversidades e pluralidades. No que tange à terceira seção, é significativo considerar que se trata de um debate importante sobre a formação docente e prática musical no processo de educação inclusiva.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

As políticas educacionais voltadas para pessoas com deficiência visual têm apresentado significativo destaque ao longo dos anos, espelhando um compromisso crescente com a promoção da inclusão social e educacional desses indivíduos (GARCIA; BRAZ, 2020). No contexto brasileiro, a

Constituição Federal (CF), promulgada em 5 de outubro de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, garantem o direito de todos à educação, independentemente de suas condições físicas ou sensoriais.

É válido sublinhar que o Brasil é signatário de convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, publicada pelas Nações Unidas em 2006, que tem como finalidade garantir a proteção do acesso igualitário a todos os direitos humanos e liberdades basilares para todas as pessoas com deficiência. Entre esses direitos está o da importância da educação inclusiva em todos os níveis de ensino (APPARECIDO JÚNIOR, 2009). Esses documentos legais precisam ser respeitados e compreendidos como base para a consecução de direitos que historicamente se mostraram tímidos em sua prática.

Contudo, na perspectiva de Lima (2023), a implementação dessas políticas enfrenta desafios que merecem ser explorados, como a adequação dos currículos escolares, formação contínua de professores habilitados para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência visual e outros aspectos que cada vez mais têm criado uma lacuna entre o que a Lei garante e o que realmente se materializa nos diferentes espaços escolares no Brasil. Por isso, essa abordagem ainda não é uma etapa vencida na realidade nacional e local, resultando na necessidade de maiores debates e cobrança para que a garantia de direitos humanos inafiançáveis seja cumprida.

Em consonância com o exposto, referenciais teóricos como no caso de Bié *et al*. (2018) destacam que outro aspecto importante a sinalizar é que a inclusão educacional não se dá exclusivamente pela inserção de alunos com deficiência visual em classes regulares, mas envolve a adoção de práticas pedagógicas que garantam a efetiva participação desses alunos no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, professores, gestão escolar e todo o corpo da escola precisam reconhecer que cada aluno possui suas especificidades, e isso deve ser compreendido bem como as práticas pedagógicas diversificadas e inclusivas.

Desse modo, é imperativo ressaltar um novo paradigma educacional que possa valorizar e respeitar a diversidade e as diferenças individuais, cuja direção é a promoção de uma educação verdadeiramente acessível e equitativa (LIMA, 2023). Essa discussão tem se tornado cada vez mais essencial no cenário contemporâneo, sobretudo pelo avanço do uso de tecnologias assistivas e novos recursos, o que tem contribuído significativamente no processo de ensino e aprendizagem e ampliação das possibilidades de expressão das pessoas com deficiência visual.

3 INCLUSÃO: CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE PARA TODOS

A constituição de uma sociedade mais inclusiva é um ideal que, nas últimas décadas, tem ganhado ainda mais espaço em debates educacionais e sociais. A inclusão trata-se de um conceito para além da mera inserção de indivíduos com deficiência em espaços comuns, mas de garantir o acesso igualitário a oportunidades e recursos, de modo a promover a plena participação de todos em diferentes contextos sociais, culturais e educacionais (BORDAS; ZOBOLI, 2009). Ou seja, a inclusão é um processo que intenciona a transformação das estruturas sociais, eliminando barreiras que impedem a materialização dessa plena participação de pessoas com deficiência.

Conforme apontam Poker, Navega e Petitto (2012), a educação tem papel decisivo nesse processo, principalmente porque é um dos principais caminhos para a construção de uma sociedade para todos. O movimento pela inclusão no âmbito escolar é assegurado por políticas públicas de acesso, bem como de implementação de práticas pedagógicas que auxiliem o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência. Soma-se ao exposto que a acessibilidade na escola inclusiva exige a utilização de tecnologias e recursos que garantam a participação efetiva dos estudantes em todas as atividades educacionais.

Dentro desse contexto, a música surge como uma importante ferramenta pedagógica, apropriada para superar as barreiras impostas pelas limitações físicas e sensoriais, permitindo a integração social e o desenvolvimento emocional dos estudantes. A musicalização de pessoas com deficiência visual é um campo onde práticas psicopedagógicas inclusivas corroboram para o grande potencial para a inclusão (SOUZA; SAMPAIO, 2019). A música ajuda a estimular distintos sentidos, tornando a linguagem acessível, permitindo a expressão, a comunicação e a interação social. Predicados indispensáveis na produção do conhecimento e na formação teórica e prática dos indivíduos.

Dentro desse contexto, referenciais teóricos têm investido atenção nessa discussão, como por exemplo, Heidrich (2020), ao sinalizar que as estratégias psicopedagógicas aplicadas no ensino de música para alunos com deficiência visual carecem ser inseridas de forma consciente e cuidadosamente planejadas, avaliando as singularidades de cada aluno, para que a prática educativa seja inclusiva. É nesse contexto que o ensino da música e as práticas psicopedagógicas inclusivas desempenham papel preponderante, oportunizando um itinerário para que a escola e a sociedade se tornem ambientes inclusivos, onde a diversidade é exaltada e todos os direitos desfrutados.

4 FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE MUSICAL NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A formação e a prática docente musical no campo da educação inclusiva são interseccionais e revelam a substancialidade de uma abordagem pedagógica que acolha a diversidade de necessidades dos alunos. A educação musical, ao se unir com os princípios da inclusão, promove o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes e colabora fundamentalmente para a construção de um espaço educativo mais justo e equitativo (LEMOS; SILVA, 2011). A música pode ser empregada como uma prática inclusiva essencial para proporcionar aos alunos com deficiência visual, por exemplo, uma maneira alternativa de aprendizagem, considerando as suas potencialidades.

Na visão de Cavasin (2021), no mundo contemporâneo, a formação de professores, notadamente na área da educação musical, necessita ser repensada e ressignificada com vistas a atender às demandas da educação inclusiva. Sobre esse aspecto, é importante destacar que, apesar de a legislação e as políticas públicas terem avançado nesse sentido, ao estabelecer diretrizes que impulsionam a capacitação de docentes para lidar com as especificidades de alunos com deficiência, ainda é possível verificar em contextos escolares negligência quanto a esse respeito.

De acordo com Lemos e Silva (2011), uma das abordagens que tem se destacado como mola propulsora é o uso de práticas psicopedagógicas inclusivas no processo de musicalização para pessoas com deficiência visual. Nesse sentido, a formação docente deve incorporar no ensino conteúdos que visem capacitar professores para desenvolver estratégias pedagógicas com olhar humanizado e sensível no aluno e em suas particularidades sensoriais. Nesse caso, a música traduz-se como um canal de expressão e comunicação, e no desenvolvimento sensorial, cognitivo e emocional, promovendo a integração dos alunos com deficiência visual ao ambiente escolar.

Corroborando com o exposto anteriormente, Silva (2020) argumenta que a formação docente deve fundamentar-se numa perspectiva dialógica e humanista, alinhada com os princípios teórico-metodológicos freireanos de educação que considera todos os indivíduos, bem como sua diversidade, experiências, processos e ritmos de aprendizagem, ou seja, uma educação livre, mas dotada de potencialidade, epistemologias. O que implica numa atuação do professor, como mediador do conhecimento, usando a música como uma linguagem universal, rompendo barreiras físicas e sensoriais.

Conforme Lemos e Silva (2011), mesmo diante dos desafios de toda ordem, é possível transformar o contexto escolar, bem como o da sociedade. É notório que esse passo não ocorre de forma imediata, é um processo que requer trabalho coletivo de todos os envolvidos com a educação, a

começar pela efetivação da legislação, professores comprometidos com a educação, forjados com sensibilidade, éticos, democráticos.

5 CONCLUSÃO

Diante das questões levantadas ao longo do presente texto, é relevante ressaltar que o processo de inclusão de alunos com deficiência visual, notadamente no ensino da música, requer compromisso profundo e contínuo por parte dos professores, pois, enquanto agentes-chave na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, é fundamental o exercício do papel de forma humanizada, ética, democrática. Desse modo, considerando as especificidades dos alunos, seus processos e necessidades educativas, bem como suas condições físicas, motoras e visuais.

A educação, ao ser vista sob a ótica da inclusão, precisa ser compreendida não apenas como um direito fundamental, mas como um ambiente de mudança social. O professor, em sua prática diária, carece de superar técnicas pedagógicas tradicionais, focadas num único caminho para o aprendizado, isso inclui recursos pedagógicos, abordagens teóricas, epistemologias, e assim, assumir a função de mediador ou facilitador da mudança, adaptando suas metodologias, com vistas a garantir que todos os alunos possam acessar e desfrutar do seu direito no processo educativo.

Outro aspecto importante abordado no texto, mas que merece ser ressaltado, é com relação às práticas psicopedagógicas, fundamentais para o processo de inclusão, já que permitem o suporte emocional, cognitivo e sensorial imprescindível para que o estudante com deficiência visual se desenvolva em sua totalidade. Contudo, é a prática pedagógica docente que, no cotidiano, se traduz em uma atuação efetiva para construir um espaço escolar inclusivo. Diante dos desafios sociopolíticos que invadem a educação, a exemplo do financiamento insuficiente, falta de acessibilidade e barreiras culturais, o professor torna-se um dos principais responsáveis capazes de transformar esses desafios em oportunidades para promover a justiça social e a equidade.

Em termos específicos, o papel do docente é transcender o ato de ensinar conteúdo e construir um espaço escolar onde todos os estudantes possam se reconhecer, expressar e acreditar na sua potencialidade e autonomia para atuar plenamente na sociedade. A utilização da música e as práticas psicopedagógicas do professor de forma inclusiva contribuem significativamente para formar cidadãos mais autônomos e críticos. Assim, a educação musical, para além do aprendizado técnico, também promove um processo de inclusão, emancipação e transformação social.

REFERÊNCIAS

APPARECIDO JÚNIOR, J. A. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu impacto no direito urbanístico brasileiro: as funções do Município. Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização (substituída pela Revista de Direito Internacional), v. 6, n. 1, 2009.

BIÉ, E. F. *et al.* Fazer Educativo. Inclusão: conceitos, paradigmas, respeito às diferenças e a diversidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

BORDAS, M. A. G.; ZOBOLI, F. Reflexões sobre a produção social do conhecimento e as culturas inclusivas: o papel da avaliação. In: DÍAZ, F. *et al.* (org.). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. EDUFBA, 2009.

CAVASIN, R. S. F. L. Formação, políticas públicas e a racionalidade neoliberal. In: SENHORAS, E. M. (org.). Deflagração de Ações voltadas à Formação Docente 2. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

GARCIA, F. M.; BRAZ, A. T. A. M. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 28, n. 108, p. 622-641, 2020.

HEIDRICH, R. O. Desafios para a inclusão no Brasil. In: SANFELICE, G. R.; BASSANI, P. S. (org.) Diversidade cultural e inclusão social. Editora Feevale, 2020.

LEMOS, C.; SILVA, L. R. A música como uma prática inclusiva na educação. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba v.2, p. 32 – 46. 2011.

LIMA, A. R. Políticas públicas e gestão escolar: estudantes com deficiência visual em duas escolas de Taguatinga–Distrito Federal, Brasil no ano de 2019. RSEUS: Revista Sudamericana de Educación, Universidad y Sociedad, v. 11, n. 1, p. 10, 2023.

MELO, R. Análise Inclusiva da Pessoa com Deficiência. Editora Lutz, 2024.

POKER, R. B.; NAVEGA, M. T.; PETITTO, S. (Ed.). Acessibilidade na escola inclusiva: tecnologias, recursos e o atendimento educacional especializado. Editora Oficina Universitária, 2012.

SILVA, C. R. Formação docente na perspectiva da educação dialógica freireana: reflexões sobre o ensino e a aprendizagem da didática. In: DICKMANN, I. (org.). Educar é um ato de coragem. 1. ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020.

SOUZA, L. C.; SAMPAIO, R. T. A educação musical inclusiva no Brasil: uma revisão de literatura. Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, v. 7, n. 2, 2019.